

Contas públicas Reação

Dólar bate em R\$ 6; analistas veem pacote fiscal aquém do necessário

— Consenso é de que medidas anunciadas pelo governo não devem ser suficientes para tornar o arcabouço sustentável a longo prazo; Haddad rejeita ideia de 'bala de prata'

O pacote de corte de gastos anunciado pelo governo na noite de quarta-feira – e detalhado ontem pelos ministros da área econômica – foi recebido com ceticismo por economistas e analistas de mercado, para os quais as medidas não devem ser suficientes para resolver o dilema das contas do País, diante do risco de elevação da dívida pública.

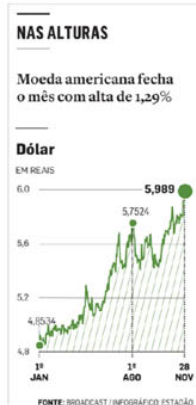
As medidas anunciadas pelo governo mexem em pontos como a correção do salário mínimo, a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a previdência dos militares (mais informações nesta página). Pelas contas do governo, o impacto fiscal chegaria a R\$ 371 bilhões entre 2025 e 2030 – sendo R\$ 30,6 bilhões, em 2025, e R\$ 41,3 bilhões em 2026, último ano do atual mandato.

“O pacote é decepcionante, demasiadamente disperso, com retorno duvidoso e com

benefícios excessivamente concentrados no futuro”, escreveu o diretor de pesquisa macroeconômica para a América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos, em relatório a clientes.

Ex-secretário especial do Tesouro e Orçamento e atual CEO da Bradesco Asset, Bruno Funchal avaliou que o pacote está na direção correta, mas deve ficar aquém dos R\$ 70 bilhões até 2026 anunciados pelo governo. “Na nossa visão, talvez não chegue a R\$ 70 bilhões. Talvez chegue a algo em torno de R\$ 40 bilhões”, calcula (mais informações nas pág. B6 e B7).

Como resultado, o dólar cravou novo recorde histórico, ao fechar a R\$ 5,98, uma alta de 1,29% – elevando o ganho na semana para 3,01%. Na máxima do dia, chegou a valer R\$ 6. Já o Ibovespa, principal indicador da Bolsa, recuou 2,4%, aos 124,6 mil pontos. “O ambiente externo já é de incertezas, com a política monetária america-



na. E, aqui dentro, o governo perdeu uma oportunidade de dar um sinal positivo”, disse o economista-chefe da Western

Asset, Adauto Lima.

Pesquisador associado do Ibre/FGV, Armando Castelar endossa a avaliação de que o pacote fiscal decepcionou. Segundo ele, há risco para a piora dos ativos brasileiros e a vida do Banco Central ficou mais difícil. “O câmbio vai pressionar ainda mais os preços”, disse. “O desafio do Banco Central ficou mais complicado. O mercado está precificando uma Selic batendo em 14,5% até o fim do ano que vem.” A taxa básica de juros está hoje em 11,25%.

Em entrevista para detalhar as medidas, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, admitiu que o governo pode ser obrigado a adotar novas medidas de ajuste fiscal para controlar as contas públicas. Segundo o ministro, “certamente vai haver necessidade (de novas medidas)” e que “voltará” ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva caso seja necessário. “São passos muito im-

portantes esses que estão sendo dados. E, se precisarem outros, e certamente vai haver necessidade, nós vamos estar aqui para voltar à mesa do presidente (Lula) com as nossas ideias e tentando sintonizar as nossas ações em torno desse projeto”, disse ele, acrescentando não acreditar em “bala de prata” para reequilibrar as contas públicas.

O governo começou a mapear os projetos já em tramitação antes de enviar o pacote ao Congresso. Integrantes do Palácio do Planalto avaliam se é possível juntar as medidas a propostas que estão hoje na Câmara e no Senado. Assim, se poderia ganhar tempo para tentar aprovar as medidas ainda em 2024.

● ALVARO ORIBEL, DANIEL WETERMAN, LUIZ GUILHERME GEBELLI/BRASÍLIA, ALME BRONZATI/CORRESPONDENTE NOVA YORK ● RENATA PEDRINI/SÃO PAULO

MAIS INFORMAÇÕES SOBRE O PACOTE FISCAL DO GOVERNO NAS PÁGS. B2 A B7

Como ficou

As principais medidas incluídas no pacote

- **Salário mínimo**
O benefício segue indexado à inflação mais o aumento do PIB de dois anos anteriores, mas seguindo limites do arcabouço fiscal: com crescimento de no máximo 2,5% e, no mínimo, 0,6% ao ano acima da inflação
- **Abono salarial**
O benefício é pago hoje ao trabalhador que recebe até dois salários mínimos. Pela proposta, haverá uma transição nos próximos anos para que o abono seja concedido a quem recebe até um salário mínimo e meio
- **Militares**
Criação da idade mínima de 55 anos para a reserva remunerada de militares. Hoje, o critério para aposentadoria é pelo tempo de serviço – pelo menos 35 anos. Fim da chamada

“morte ficta” (ou fictícia), quando militares expulsos das Forças por crimes ou mau comportamento têm garantido, às suas famílias, o direito a receber pensão. Agora, a família do militar passará a ter direito a auxílio-reclusão. Fixação em 3,5% da remuneração a contribuição do militar para o Fundo de Saúde. Proibição de militar transferir a pensão para os beneficiários das 2.ª e 3.ª ordens (pais e/ou irmão dependentes)

- **Fundeb**
No caso do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica (Fundeb), haverá obrigatoriedade de que 20% do fundo seja usado para escola em tempo integral, melhorando a composição do gasto
- **BPC**
Hoje, para ter acesso ao BPC, a renda por pessoa de uma família não pode ser maior do que um quarto do salário mínimo. Os rendimentos que entram no cálculo da renda familiar mensal incluem salários, pensões, seguro-desemprego e rendimentos no mercado informal.

Passarão a integrar a conta a renda de cônjuge que não mora na mesma casa e o salário de irmãos, filhos e enteados. O valor de outros benefícios também vai contar. Alguns beneficiários devem perder o direito ao benefício. Biometria será obrigatória para novas concessões e atualizações no cadastro

- **Supersalários**
Limitar os pagamentos que ultrapassam o teto constitucional, hoje de R\$ 44 mil mensais (remuneração de ministro do STF). A medida atinge remunerações de todo o setor público, principalmente do Judiciário e do Ministério Público, que contam com uma série de “penduricalhos” nos salários. Restringir a situações excepcionais o auxílio-moradia e o bônus para quem trabalha em mais de uma comarca
- **Emendas**
As emendas impositivas (obrigatórias) do Congresso, aquelas indicadas individualmente por cada deputado e senador e pelas bancadas estaduais para mandar recursos a redutos elei-

torais, terão crescimento real com limite de até 2,5% acima da inflação a partir de 2026, o mesmo teto do arcabouço fiscal

- **Bolsa Família**
Haverá também medidas de pente-fino para o Bolsa Família, com a adoção de biometria e a atualização dos beneficiários unipessoais para tentar diminuir as fraudes
- **Aldir Blanc**
Proposta medida que mantém o repasse anual de até R\$ 3 bilhões aos entes federativos pela Lei Aldir Blanc, de incentivo à cultura, mas condicionando essa transferência à execução dos recursos pelos entes no ano anterior
- **Benefícios tributários**
Será proibida a “criação, ampliação ou prorrogação” de benefícios tributários caso o País registre déficit primário (saldo negativo) nas contas públicas
- **Concursos públicos e subsídios**
O governo também anunciou o faseamento e provimentos de

concursos em 2025. Também foi anunciada autorização para ajuste orçamentário em cerca de R\$ 18 bilhões em subsídios e subvenções

- **Fundo Constitucional do DF**
Os recursos para esse fundo serão reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)
- **DRU**
O pacote também prevê a Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2032. Sem essa proposta, a DRU acabaria neste ano
- **Imposto de Renda**
Anunciada a isenção da cobrança de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil – promessa de campanha do presidente Lula. Para compensar a renúncia fiscal, haverá taxa sobre quem ganha acima de R\$ 50 mil por mês, com a criação de uma alíquota mínima sobre a soma de todas as fontes de renda. Se aprovadas, essas medidas só entrariam em vigor em 2026

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios Caderno: B Pagina: 1